



## A DIPLOMACIA DO PRESIDENTE ABRAHAM LINCOLN: A POLÍTICA NO PERÍODO PRÉ-GUERRA

Alex Guedes de Moraes<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem por finalidade estudar as discussões políticas e diplomáticas, como também o nacionalismo, que permeiam o período que abarca a vitória de Abraham Lincoln, na eleição norte-americana de 1860, até a eclosão da Guerra da Secessão, em 1861, no ataque sulista contra o Forte Sumter em 12 de abril. A vitória de Lincoln é emblemática para estudarmos este período da história dos Estados Unidos, porque será fundamental para analisarmos as decisões políticas e diplomáticas que não conseguiram evitar o início da Guerra Civil, entre a União e os Estados Confederados.

**Palavras chaves:** Abraham Lincoln. Diplomacia. Nacionalismo.

Este momento da história americana torna-se importante para verificarmos aspectos sócio-políticos que estarão presentes, em meados do século XIX, na sociedade dos Estados Unidos e que servirão para analisarmos questões como o nacionalismo e xenofobismo presentes na sociedade norte-americana, como também as consequentes dissensões políticas. A análise torna-se relevante, pois este período trata também da questão da escravidão que não sendo resolvida durante a época da independência dos Estados Unidos permaneceu sem solução até ao final da Guerra Civil.

Então, o artigo proposto abordará tópicos essenciais para entender este período da História americana, que são: política, diplomacia, nacionalismo e xenofobismo. Porém, antes de começar uma análise sobre o período de pesquisa, e as questões do nacionalismo norte-americano deve-se traçar um panorama político de meados do século XIX, e um breve histórico do futuro presidente.

### Considerações iniciais

Antes de começar uma análise sobre o período de pesquisa, e as questões do nacionalismo norte-americano deve-se traçar um panorama político de meados do século XIX, e um breve histórico do futuro presidente.

O presidente Abraham Lincoln, nascido em 1809, teve como início político a entrada no Partido Whig<sup>2</sup>, sendo eleito representante estadual em Illinois, entre 1834 e 1842, e 1847

---

<sup>1</sup> Artigo proposto e aceito para a disciplina de História das Relações Internacionais, do Mestrado em História, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Professor orientador: Dr. Fernando Camargo. E-mail: alexguedesmoraes@yahoo.com.br

a 1849. Durante um período fica afastado da política para, em 1856, filiar-se ao Partido Republicano<sup>3</sup>. Em 1858, candidata-se ao senado, mas é derrotado. Em 1860, concorre à presidência, tendo a vitória facilitada pela divisão do Partido Democrata<sup>4</sup>.

A chegada à presidência foi questionada pelos políticos do Partido Democrata, principalmente os sulistas, que na maioria, eram plantadores de algodão e donos de escravos. Recapitulando sobre sua trajetória no Partido Republicano, verificamos suas tendências abolicionistas, pois em 1858, na convenção Republicana de Illinois, fez o discurso conhecido como a “Casa Dividida”, que diz:

“Uma casa dividida contra si não subsistirá”. Acredito que esse governo, meio escravocrata e meio livre, não poderá durar para sempre. Não espero que a União se dissolva; não espero que a casa caia; mas espero que deixe de ser dividida. Ela se transformará só numa coisa, ou só na outra. Os adversários da escravidão saberão deter-lhe a difusão ulterior e colocá-la num lugar em que a mente pública descansará na crença de que ela está à beira da extinção final, ou seus advogados a farão progredir até legalizá-la igualmente em todos os Estados, tanto nos novos, tanto do Norte quanto do Sul. (SYRETT, s/d, p. 200)

Este discurso abriu sua campanha para o senado, pelo estado de Illinois. Porém, perde a eleição, pois o eleitorado era tido como “intensamente” racista (DIVINE et al, 1992, p. 323). Entretanto, adquiri destaque graças a sua eloquência, e mesmo derrotado conquista o respeito do partido. Em 1860, concorre nas prévias do partido para a indicação à presidência, tendo em William H. Seward, senador pelo estado de Nova York, seu maior adversário. Entretanto, Seward era considerado inapto devido ao seu radicalismo e oposição ao movimento nativista<sup>5</sup>. Este movimento era contra a chegada de imigrantes alemães e irlandeses, pois concorriam no mercado de trabalho e reforçavam a influência política de candidatos da mesma origem. Assim, verifica-se um início de xenofobismo nesta época.

Lincoln foi indicado, pois era mais moderado e de origem humilde, o que ia ao encontro dos ideais do Partido Republicano de oportunidade para todos os americanos (Ibidem, p. 325). Como sabemos Lincoln teve a vitória facilitada, em novembro de 1860, devido à divisão do Partido Democrata, e porque a população dos estados nortistas era bem

---

<sup>2</sup> “Os Whigs representaram os grandes comerciantes e manufatureiros do Norte, os fazendeiros mais ricos e das famílias com maiores pretensões aristocráticas no Sul, e os fazendeiros mais interessados em melhoramentos internos no Oeste”. (EISENBERG, 1985, p. 46).

<sup>3</sup> “No Norte, muitos militantes dos partidos Whig, Democrata e Solo Gratuito, todos hostis à extensão da escravidão aos territórios, cindiram com os seus correligionários e criaram o Partido Republicano, em 1854”. (Ibidem p. 58).

<sup>4</sup> “[...] Os do Norte e do Oeste nomearam Stephen Douglas, o campeão da soberania popular, mas os do Sul nomearam John Breckinridge, o então Vice-Presidente, um escravista do Kentucky...” [...]. (Ibidem, p. 61).

<sup>5</sup> “O nativismo político surgiu pela primeira vez durante a década de 1840 sob a forma de partidos ‘americanos’ locais que protestavam contra a influência dos imigrantes em cidades como Nova York e Filadélfia. [...] Em 1854-1855, o movimento veio à tona como uma grande força política, dando a si próprio o nome de Partido Americano. [...]”. (DIVINE et al, 1992, p. 316)

maior que a dos sulistas<sup>6</sup>. Decidida a vitória, caberia a Lincoln colocar em prática a sua política e diplomacia para evitar a secessão e a guerra.

### **A política no período pré-guerra**

Nos cinco meses de negociações, da vitória eleitoral até o primeiro embate, no forte Sumter, algumas propostas foram apresentadas para evitar a secessão dos estados sulistas e a guerra. A política e a diplomacia agora teriam um peso fundamental para acalmar os ânimos exaltados dos derrotados, e também para não permitir que o país fosse dividido. Para os sulistas o novo presidente representava o fracasso econômico dos algodoeiros do Sul, pois tinham a certeza que estenderia o fim da escravidão a todos os estados da União. O futuro presidente, que só poderia assumir em março de 1861, sabia que negociar com o partido adversário havia se transformado num grande problema, porque o mesmo durante as eleições dividiu-se.

O então presidente, James Buchanan, foi advertido pelo seu procurador geral que a saída de qualquer estado da União era ilegal, mas que não poderia utilizar de meios coercitivos contra os mesmos. O próprio Buchanan não se sentia a vontade para tratar do assunto na Casa Branca, pois dos seus quatro secretários de governo, três eram secessionistas. Assim o que restava a Buchanan era utilizar-se de meios políticos para contentar os estados sulistas e evitar a secessão. Um dos meios empregados seria o de oferecer projetos de transação aos rebeldes.

No dia 18 de dezembro, o senador John J. Crittenden, do Partido Americano pelo estado de Kentucky, apresentou um projeto de transação em forma de emenda constitucional, onde era proposto que houvesse o estabelecimento da divisão dos territórios conforme o paralelo 36°30'; a não interferência do Congresso na questão da escravidão nos estados em que ela era legal e no Distrito de Colúmbia; e a compensação aos donos de escravos fugitivos que não eram recuperados.<sup>7</sup>

O presidente eleito resolveu aceitar os dois últimos pontos, desde que os estados do Sul não abandonassem a União. Sobre o primeiro ponto, era enfático em não permitir que a escravidão fosse estendida a outros estados. Obviamente a transação Crittenden não tinha o apoio dos políticos republicanos, que eram contrários a qualquer acordo que tornasse a escravidão legal nos novos estados. A primeira tentativa para evitar a secessão havia falhado, e o próprio Lincoln disse dias depois que, “nenhuma concessão..., exceto uma

---

<sup>6</sup> “O Norte concentrava a maior população do país – por volta de 22 milhões de pessoas, contra 9 milhões no Sul, sendo que, desse total geral, perto de 4 milhões de negros, em sua esmagadora maioria escravos”. (JUNQUEIRA, 2001, p. 67)

<sup>7</sup> O paralelo 36°30', como marco de limite da escravidão, foi estipulado em 1820 no acordo que ficou conhecido como “Compromisso do Missouri”, e nele ficaria estabelecido que a escravidão fosse somente permitida ao sul deste paralelo.

renúncia a tudo quanto era digno de ser preservado e defendido, poderia satisfazer o Sul” (MORISON; COMMAGER, s/d, p. 73).

Sem um acordo diplomático de ambas as partes o primeiro passo para a secessão foi dado pelo Estado da Carolina do Sul, que em 20 de dezembro, em uma Convenção em Charleston, decide por unanimidade deixar a União. Na sua declaração de saída diz que “o Norte elegera como presidente um homem cujas opiniões e propósitos são hostis à escravidão” (COMMAGER; NEVINS, 1986, P. 245).

No dia 1º de fevereiro de 1861 foi à vez de seis estados saírem da união, Geórgia, Alabama, Flórida, Mississippi, Luisiana e Texas. E no dia 4 de fevereiro os delegados dos sete estados se reuniram em um congresso na cidade de Montgomery, no Alabama. Neste mesmo dia uma conferência de Paz foi marcada em Washington, sob a direção do ex-presidente John Tyler. Esta foi feita sob pedido do Estado da Virgínia, e conseguiu reunir delegados de 21 Estados. Depois de muitas discussões foi recomendado ao Congresso que fizesse concessões aos donos de escravos. Mas o Congresso, em vez das concessões, votou uma emenda proposta pelo senador Douglas, estabelecendo que a escravidão não fosse tocada nos Estados que existisse e fosse estabelecida em lei.

Entretanto, esta emenda não foi ratificada, porque apenas dois Estados votaram a favor (ROZ, 1942, p. 199). Porém, foi rebatida através de uma emenda irônica por um congressista do Norte, que diz:

Sempre que um partido for derrotado numa eleição presidencial, esse partido pode rebelar-se e pegar em armas, a não ser que o partido vitorioso adote como próprios os princípios do derrotado e consinta em aceitar todas as emendas à constituição que este ditar; e assim, em tal caso, pode dar-se por terminada a União. (MORISON; COMMAGER, s/d, p. 73)

Quatro dias depois, aquilo que tanto temia o presidente Buchanan e o seu sucessor aconteceu, pois os delegados sulistas decidiram constituir um novo país: os Estados Confederados da América. Neste congresso ficou decidido que, provisoriamente, o novo país teria como presidente Jefferson Davis e A. H. Stephens para vice. O próprio Davis era um plantador de algodão, mas antes da retirada dos estados sulistas da União tinha demonstrado que deveria ser dada uma chance para a administração de Lincoln. Porém, os rumos da história o levaram a presidência de uma nova confederação.

Os idealizadores desta nova Confederação<sup>8</sup> defendiam a soberania dos estados, por isso a saída da União era legal. Para eles a Constituição Federal havia criado uma confederação e não um governo. A questão da soberania dos estados era uma complexidade que permeava a recente história de um país com pouco mais de oitenta anos,

---

<sup>8</sup> Faz-se importante que o conceito político de confederação seja exposto, pois o mesmo diz que: União de Estados que conservando governo próprio, se submete a um poder central, no qual quase todas as decisões são tomadas por consentimento dos Estados confederados. (Larousse, 1998, p. 1556)

pois os que advogavam a separação do Sul diziam que as treze colônias americanas, no passado, quando sentiram o abuso e despotismo da Inglaterra resolveram separar-se legalmente, conseqüentemente acreditavam que agora o futuro presidente faria o mesmo com os estados do Sul, assim achavam que tinham o mesmo direito de seus antepassados fundadores da nação.

Mas, a história nos mostra que o caso em discussão era diferente, pois durante a feição da Constituição Federal dos Estados Unidos, foram dados certos direitos e liberdades a cada estado, e que os mesmos representantes ratificaram esta Carta Magna do país, que foi promulgada em 17 de setembro de 1787, e nela ficou estabelecido que no artigo I, seção 10, que: “Nenhum estado poderá participar de tratado, aliança ou confederação; conceder cartas de corso; cunhar moeda...” (DIVINE et al, 1992, p.752).

Entretanto, esta mesma carta deixava durante décadas desde sua feição um problema que somente agora com a secessão poderia ser solucionado, ou seja, a questão da escravidão, pois no seu início dizia que “Nós o povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a justiça,...” (Ibidem, p. 747). Fica claro que “o povo” era tão somente o cidadão da raça branca. Caberia a Lincoln, contrariando os estados sulistas, modificar este paradigma político racial.

Porém, para alguns autores, quando Davis falava em direitos dos estados na verdade estaria pensando e agindo em termos de nacionalismo sulista (MORISON; COMMAGER, s/d, p. 71). Em termos sociológicos o nacionalismo sulista era contrário ao fim da escravidão, pois utilizava, predominantemente, de escravos nas fazendas de algodão, e para estes “barões escravocratas” a raça branca era tida como superior, enquanto isso o Norte do país possuía um sistema de mão-de-obra livre; e em termos econômicos havia um choque de interesses, pois colocava em lados opostos uma nação agrária e outra industrializada.

Além disso, os estados do Sul eram contrários a gastos com melhoramentos internos (construção de ferrovias, pontes e estradas), que foram propostos na convenção republicana que indicou Lincoln, e principalmente sobre as tarifas alfandegárias altas e protetoras dos produtos do Norte, porque elas dificultavam os negócios dos ricos algodoeiros do Sul com os países da Europa, principalmente a Inglaterra.

A questão do nacionalismo é importante para entendermos os motivos que levaram alguns estados a saírem da União, pois os indivíduos que viviam nos estados tinham uma identificação maior com a terra de origem. Não havia naquela época o sentimento de nação norte-americana. As pessoas se definiam como virginianas ou texanas, ou seja, sempre o estado de origem vinha à frente da nação. Esta complexa relação entre estados permeou a história americana até o início do conflito.

Segundo Hobsbawm, “Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (1990, p. 19). Desse modo verificamos que o sentimento nacionalista dos sulistas era regional, ou seja, um nacionalismo estadual, onde a defesa dos seus ideais, escravismo e soberania dos estados, era essencial.

Conforme Martins, na metade do século XIX surgem os movimentos nacionalistas e democracias modernas, como os Estados Unidos, que são construídas com base em três dimensões: razão, vontade e justiça (MARTINS, 2002, p. 120). Dentro deste paradigma nacionalista, os norte-americanos devem ser incluídos, pois:

[...]. As nações modernas, integrando razão, vontade e justiça, formaram-se na Europa e nos Estados Unidos no século XIX. Foram construídas pelas mobilizações nacionais criadoras das sociedades modernas, acarretando uma ruptura profunda com o passado, com as comunidades tradicionais e com a ordem hierárquica dos Antigos Regimes, assim como promovendo a unificação econômica, política e cultural em torno de instituições comuns. Tornada necessária pelas economias industriais em plena expansão, a integração nacional surgiu como a forma política e social mais adaptada à modernidade. [...] (Ibidem, p. 120-1).

Entretanto, sem o sucesso da convenção de Paz, um mês depois, no dia 4 de março, havia chegado o dia da posse do presidente Lincoln. Depois de receber o cargo de Buchanan, revigorou o compromisso de não tocar na escravidão nos estados onde era legal. No seu discurso de posse procurou ser apaziguador para tentar trazer de volta os estados rebeldes para a União, porém ressaltando que a secessão era ilegal, pois feria a Constituição Federal, e que a solução para todos os problemas estava nas mãos dos secessionistas.

Assim, começa o discurso dizendo que parece existir por parte dos Estados do Sul certa apreensão pela administração Republicana, porém que nunca deveria ter havido motivo para este temor, pois a maior prova disto está em seus discursos anteriores, e cita uma parte de um destes: “Não tenho nenhum propósito, nem direito, de interferir na instituição da escravidão nos Estados em que ela existe. Acredito não ter nenhum direito legítimo de fazê-lo, e nenhuma inclinação para fazê-lo” (SYRETT, s/d, 212).

Além disso, reitera que não porá em perigo a propriedade, a paz e a segurança de qualquer Estado. Porém, concorda que a secessão da União Federal vem sendo tentada formidavelmente, mas adverte que a União dos Estados é perpétua. O presidente relembra que os Estados, na época da Independência, que eram treze, empenharam-se para que a União fosse perpétua, e que expressaram esta ideia através dos Artigos da Confederação, e que qualquer ato de violência praticado por Estado ou Estados contra a União será encarado como insurrecional ou revolucionário (Ibidem).

Diz que o poder que lhe foi delegado será usado para defender os lugares que pertençam ao governo, e reitera que os correios continuaram sendo fornecidos em todo o

país, desde que não sofram qualquer tipo de violência. Num recado direto para os Estados rebeldes, e com intenção de acalmá-los diz que a Constituição em nenhum momento fala que:

Serão os fugitivos do trabalho resgatados pela autoridade federal ou pela autoridade estadual? A Constituição não o diz expressamente. Pode o Congresso proibir a escravidão nos territórios? Não o diz expressamente a Constituição. Deve o Congresso proteger a escravidão nos territórios? Tampouco o diz a Constituição expressamente. (Ibidem, p. 214)

Acrescenta que deste tipo de perguntas é que nasceram as divisões entre maiorias e minorias. Porém, adverte: “Se a minoria não aquiescer, a maioria terá de fazê-lo, ou o governo se extinguirá” (Ibidem, p. 214). Aconselha que se uma minoria separar-se da União estará abrindo um precedente para que no futuro uma minoria nesta nova nação também resolva se separar. O presidente neste ponto do discurso lembra que a “Ideia central da secessão é, manifestamente, a essência da anarquia” (Ibidem, p. 214).

Sobre os motivos dos problemas da secessão concorda que são oriundos da questão da escravidão, pois alguns acreditam que é correta, e que deve ser difundida, e outros, ao contrário, concordam que não deve ser disseminada. O presidente termina o seu discurso colocando a questão da separação nas mãos dos Estados rebeldes, dizendo:

Em vossas mãos, meus insatisfeitos concidadãos, e não nas *minhas*, está a momentosa questão da guerra civil. O governo não vos atacará. Não tereis conflito algum se não fordes vós mesmos os agressores. Não tendes nenhum juramento inscrito no céu para destruir o governo, ao passo que *eu* terei o mais solene para “o preservar, proteger e defender”. (Ibidem, p. 216)

Com este discurso teve a intenção de evitar a guerra e preservar a União. Provavelmente neste discurso, em que colocou nas mãos dos rebeldes a solução para o fim do impasse, já admitisse que o conflito fosse certo e iminente, pois antes de sua própria posse somente dois fortes situados em territórios dos estados rebeldes não tinham sido ocupados pelos Estados Confederados, o Forte Pickens, em Pensacola, e o Forte Sumter, em Charleston, os demais caíram sem resistência. Além disso, estes fortes já haviam sido requisitados, por delegados sulistas em visita a Washington, dias antes da posse, mas o futuro Secretário de Estado de Lincoln<sup>9</sup>, William H. Seward, disse apenas que estes não seriam abastecidos, protelando a discussão sobre os mesmos.

Porém, o discurso de Lincoln não foi suficiente para revogar os atos dos sete Estados rebeldes, e uma semana depois de seu discurso, eles ratificaram a recém criada Constituição dos Estados Confederados, onde definiriam os seus ideais de um novo país. Aprovada no dia 11 de março era semelhante com a dos Estados Unidos. Nesta nova

---

<sup>9</sup> Além de Seward, o Gabinete era composto por Salmon P. Chase, de Ohio, Secretário do Tesouro; Simon Cameron, da Pensilvânia, Secretário da Guerra; Gideon Welles, de Connecticut, Secretário da Marinha; Caleb Smith, de Indiana, Secretário do Interior; Montgomery Blair, de Maryland, Administrador Geral; e Edward Bates, do Missouri, Procurador Geral.

Constituição o poder do presidente e do vice-presidente seria exercido durante seis anos, porém sem direito a reeleição<sup>10</sup>. As maiores diferenças estavam, obviamente, relacionadas com a questão da escravidão. Tratam da questão da importação de escravos dizendo no Artigo I, Seção 9 que “Fica proibida por este instrumento a importação de negros da raça africana de qualquer país estrangeiro, além dos Estados ou territórios escravocratas dos Estados Unidos da América;...” (SYRETT, s/d, 217).

Sobre a questão dos escravos fugitivos, que houvessem escapado ou sido transportados de maneira ilegal para outro Estado, fica estabelecido que estes, se requisitados pelos donos, deveriam ser entregues. Com relação à criação de novos territórios e Estados, que sempre foi uma causa de atritos no Congresso, ficava estabelecido que:

[Art. IV, Seção 3] 3. Os Estados Confederados podem adquirir novo território; e o Congresso terá poder de legislar e prover ao governo dos habitantes de todos os territórios pertencentes aos Estados Confederados, situados fora dos limites dos vários Estados; e poderá permitir-lhes, nessas ocasiões, e da maneira determinada por lei, forjar Estados para ingressar na Confederação. Em todos esses territórios, a instituição da escravidão negra, tal como ora existe nos Estados Confederados, será reconhecida e protegida pelo Congresso e pelo governo territorial; e os habitantes dos vários Estados Confederados e Territórios terão o direito de levar para esse território quaisquer escravos legalmente possuídos por eles em quaisquer Estados ou Territórios dos Estados Confederados... (Ibidem, p. 218).

Os Estados rebeldes ao saírem da União, criar um novo país e instituírem uma Constituição, demonstravam claramente que a secessão era um fato para eles inquestionável e consumado. Além disso, os delegados Confederados expressaram enfaticamente a sua defesa pela escravidão e sua expansão, ou seja, tudo aquilo que para eles não haviam conseguido fazendo parte da União. A ratificação da Constituição Confederada representava para os rebeldes a expressão legal da formação de um novo país, e o próximo passo seria o reconhecimento da sua existência por parte de outras nações.

Entretanto, Seward que havia perdido a indicação do partido para Lincoln, agora teria a incumbência de negociar com os rebeldes. Ele achava que a secessão era apenas um stratagem do Sul para conseguir concessões, deste modo se conseguisse negociar com os Estados rebeldes talvez voltassem para a União. Porém, o comandante do Forte Sumter, Major Anderson, comunicou ao Ministério da Guerra que estava cercado pelos exércitos da Confederação, e que possuía poucos víveres para resistir por muito tempo.

---

<sup>10</sup> Nos Estados Unidos, desde sua fundação, o mandato do presidente tem a duração de quatro anos, e a reeleição por indeterminadas vezes foi permitida até a promulgação da Emenda XXII, adotada em 1951, onde seria admitido apenas ocupar o cargo por duas vezes. O único presidente reeleito mais de uma vez, foi Franklin D. Roosevelt, que ocupou o cargo no período de 1933 a 1945.



O presidente Lincoln, antes de enviar víveres ao Forte Sumter, resolveu esperar a decisão dos delegados da Virgínia, pois não haviam decidido ainda se ficariam do lado da União ou dos rebeldes. Porém, alguns delegados da Virgínia, contrários a separação, foram até Washington solicitar ao presidente que entregasse o Forte Sumter, mas não conseguiram prometer a Lincoln que o Estado da Virgínia não abandonaria a União.

Porém, o presidente constatando que ao entregar o Forte Sumter para a Virgínia, esta abandonaria a União resolve em fins de março que: “Contra a opinião do General Scott e de cinco dos sete membros do seu gabinete, ordenou que se preparasse uma expedição de reforço para Fort Sumter” (MORISON; COMMAGER, s/d, p. 76).

Entretanto, o secretário de Estado, Seward apresenta, no dia 1º de abril, a Lincoln um plano intitulado “Ideias submetidas à consideração do Presidente”, onde propõe que:

...os Estados Unidos deviam provocar um conflito com a Espanha e com a França ao mesmo tempo, e possivelmente com a Inglaterra e com a Rússia também, como meio de unir novamente o Norte e o Sul a fim de irem juntos para a glória e a conquista! E Lincoln era convidado a nomear Seward seu primeiro ministro para pôr em prática esta insensata política! [...]. (Ibidem, p. 76)

O artifício de unir povos através da guerra, tentado por Seward, foi utilizado no século XIX por outros países. No caso dos Estados Unidos o plano de Seward tinha a intenção de não permitir a secessão do país. Segundo Hobsbawm “... não há modo mais eficaz de unir as partes díspares de povos inquietos do que uni-los contra forasteiros” e que “... nada estimula melhor o nacionalismo, em ambos os lados, que um conflito internacional” (HOBSBAWM, 1990, p. 112).

Porém, Lincoln não aceitou a ideia e mandou preparar uma expedição com destino ao Forte Sumter. O presidente dos Estados Confederados, Jefferson Davis, deu ordem para abrir fogo contra o Forte Sumter caso este recebesse reforços, entretanto na noite do dia 11 para o dia 12, o comandante do forte, Major Anderson, sem saber que Lincoln havia mandado uma expedição de reforços, aceita a rendição em dois dias, prazo em que terminariam os víveres do forte. Entretanto, os comandantes sulistas que cercavam o forte decidiram bombardeá-lo durante a madrugada do dia 12 de abril, pois temiam que seu presidente fizesse um acordo com Seward (MORISON; COMMAGER, s/d, p. 76).

A política e diplomacia do presidente Lincoln, como também de seus antagonistas sulistas não foi suficiente para arrefecer os ânimos, e conseqüentemente não permitir que um país dividido fosse a guerra civil. Segundo Olleros, “El ‘borde’ de la política, su fin (o fracaso) está em la guerra” (2005, p. 177). Assim sendo, o fracasso da diplomacia entre Norte e Sul ocasionou uma guerra fratricida entre irmãos, que levaria milhares de pessoas a morte.

Como podemos verificar os Estados Unidos, de meados do século XIX, passava por um emaranhado de problemas sociais, políticos e econômicos que acabaram culminando em um conflito armado, que o próprio presidente Lincoln nos meses que se seguiram a sua vitória eleitoral não foi capaz de persuadir.

### **Considerações finais**

O presidente Lincoln não conseguiu evitar a secessão e a guerra, mas o problema advinha do passado, pois a não proibição da escravidão já havia dividido o país na própria feição da Constituição americana, e questões relativas ao abolicionismo eram sempre decididas de maneira a contentar a ambas as partes (como o Compromisso Missouri) para evitar conflitos. Porém, no meio do século XIX, onde a população do Norte era muito superior ao do Sul, e a industrialização havia penetrado em estados nortistas, este consenso estava se tornando problemático e sem solução, e conseqüentemente novos estados que entravam para a União não adotavam a escravidão e sim o trabalho livre. Assim, o peso eleitoral do Norte era muito maior, e indubitavelmente, com mais delegados, seus candidatos a presidência seriam sempre eleitos. Deste modo, a questão da escravidão não ficando resolvida na fundação do país reverberou décadas depois.

O Sul com uma população menor, contando com milhões de escravos, que não tinham direito a voto, não se sentia representado em um governo pró-abolicionismo, por isso decidira-se sair da União e criar um novo país onde pudesse manter as suas instituições econômicas, utilizando o trabalho de escravos em plantações de algodão. Assim sendo, os cinco meses de negociações jamais conseguiriam evitar a secessão, pois os estados do Sul estavam decididos pela separação. Isto fica evidente pelas tentativas diplomáticas feitas para evitar a secessão, como a Transação Crittendem, Conferência de Paz e pelo discurso apaziguador de Lincoln.

A respeito do abolicionismo de Lincoln, cabe ressaltar que durante a sua vida política fez discursos ambíguos onde às vezes era contra a escravidão, pois achava-a injusta e cruel, porém em determinados momentos para não descontentar estados escravistas deixava claro que não a tocaria, chocando-se com o paradigma abolicionista do jovem partido republicano. Também, deve-se citar que o abolicionismo de Lincoln não deve ser confundido com igualitarismo racial, pois o mesmo acreditava na superioridade da raça branca.

Apesar disso, demonstrou sabedoria quando alertou os estados rebeldes que estes deveriam respeitar o princípio da maioria, pois um dia os mesmos poderiam estar sujeitos a divisão por outra minoria. Além disso, ao não aceitar a ideia, do secretário Seward, de atacar outros países, para tentar evitar a secessão do país, conseguiu evitar que,

indubitavelmente, os Estados Confederados fossem reconhecidos por outras nações, o que possivelmente também acarretaria em ajuda financeira e militar destes em favor dos estados rebeldes. Também, o próprio Lincoln já havia previsto em um discurso, dois anos antes de eleito, que uma casa dividida, meio livre e meio escravocrata, não poderia continuar existindo.

Sobre o nacionalismo norte-americano, em meados do século XIX, deve-se citar que o mesmo era regional nos estados do Sul, havendo sim uma ligação e identificação da população com os seus respectivos estados, onde a preservação do trabalho escravo era primordial. Entretanto, no Norte, este protonacionalismo que surgiu através do Partido Nativista (depois conhecido como Partido Americano) estava mais calcado em um xenofobismo econômico e religioso, pois os estrangeiros que chegavam ao país, principalmente alemães e irlandeses, concorriam no mercado de trabalho, em muitos casos ocasionando desemprego de pessoas nascidas no país, porque trabalhavam por salários mais baixos, e porque a religião destes irlandeses recém chegados, que era católica, não agradava a uma população protestante.

Assim sendo, o nacionalismo norte-americano surgiu na mesma época de outros nacionalismos europeus, como o alemão e o italiano, ou seja, foi forjado através da guerra. O presidente Abraham Lincoln, neste caso pode ser comparado a outros estadistas, como Bismarck e Mazzini, que unificaram a Alemanha e a Itália. No caso dos Estados Unidos, o nacionalismo foi forjado entre irmãos, para evitar a divisão, e que este seguiu a ordem teorizada por Hobsbawm, de primeiro vir os estados e o nacionalismo para depois formarmos uma nação.

## Referências

- COMMAGER, Henry Steele; NEVINS, Allan. Breve História dos Estados Unidos. São Paulo: Alfa - Omega, 1986.
- DIVINE, Robert A. et al. América – Passado e presente. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.
- EISENBERG, Peter Louis. Guerra Civil americana. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JUNQUEIRA, Mary A. Estados Unidos: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.
- Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural Ltda, v. 7, 1998.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Relações internacionais: economia política e globalização. Brasília: IBRI, 2002.
- MORISON; Samuel Eliot; COMMAGER, Henry Steele. História dos Estados Unidos da América. São Paulo: Melhoramentos, Tomo II, s/d.
- OLLEROS, Angelina Uzin. Una política de la diferencia desde la experiencia en la multiciplidad. In: Revista Universum [da] Universidad de Talca, v. 1, n<sup>o</sup>20, p. 174-187,

2005. Disponível em: <<http://www.usalca.cl/contenido/index-05-01/UzinOller>> Acesso em 08 jun. 2010.

ROZ, Firmin. História dos Estados Unidos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

SYRETT, Harold C. (org.). Documentos Históricos dos Estados Unidos. São Paulo: Cultrix, s/d.